

# Os EUA, de hiper a banana

Ação trumpista rotulou de 'República de bananas' país chamado de hiperpotência

Jaime Spitzcovsky

Jornalista, foi correspondente da Folha em Moscou e Pequim

Em 1991, em meio ao colapso soviético e após o fim da bipolaridade da Guerra Fria, entre Washington e Moscou, o jornalista britânico Peregrine Worsthorne qualificou os EUA de hiperpotência, cunhando o termo para enfatizar a robusta hegemonia global nos primórdios da globalização. Embora continuem detentores da maior economia e da mais avassaladora máquina militar do planeta, os EUA engoliram, dias atrás, declaração de seu ex-presidente George W. Bush, que

descreveu o ataque de trumpistas ao Congresso como ingrediente de uma "República de bananas". A trajetória de 30 anos dos rótulos, de hiperpotência a república de bananas, ilustra o declínio da capacidade americana de exercer sua hegemonia, do ápice nas fases iniciais da globalização ao emagrecimento atual, resultado de diversos fatores, entre os quais o nacionalismo e o isolacionismo da onda antiglobalização capitaneada por Donald Trump.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da URSS, dois anos depois, desmontaram a Guerra Fria e construíram o cenário unipolar. A vantagem econômica, militar e tecnológica dos EUA se esvaneceu. Vitoriosa no embate com o Kremlin, a Casa Branca mergulhou em euforia e empáfia, reveladas em gafes diplomáticas. Em julho de 1991, cinco meses antes do perecimento soviético, o presidente George Bush desembarcou em Moscou para encon-

trar Mikhail Gorbatchov. E pontificou, na chegada: "Nos EUA, todos sabem ao menos duas palavras russas, 'glasnost' e 'perestroika'. E, aqui, todos apreciam a palavra inglesa 'democracy'". O mandatário poderia lembrar a origem grega da palavra democracia. Preferiu, porém, descrevê-la a partir de visão provinciana, associando-a ao léxico inglês. Naquele período de colossais mudanças históricas, veio também, em 1991, a Guerra do Golfo, quando tropas americanas

libertaram o Kuwait da ocupação iraquiana arquitetada pelo ditador Saddam Hussein. A superioridade bélica americana foi transmitida pela CNN, num casamento, à época inédito, da cobertura jornalística ao vivo com a ação militar. O triunfalismo de Washington recebeu verniz intelectual com o lançamento, em 1992, de um livro de Francis Fukuyama, voltado a proclamar o "fim da história". Segundo o escritor americano, o resultado da Guerra Fria evidenciava a primazia do sistema político ocidental e liberal, simbolizada pelos EUA. A avalanche hegemônica se intensificou nos dois mandatos de Bill Clinton. Impactado pela preponderância de Washington, o chanceler francês Hubert Védrine, em 1999, disseminou nos meios diplomáticos a descrição dos EUA como

"hiperpotência". O ministro qualificou o termo "superpotência" como característica da finada Guerra Fria e aplicada sobretudo ao aspecto bélico, enquanto a supremacia americana passou a ser exercida "na economia, na moeda, na tecnologia, nos domínios militares, assim como nos modos de vida, no idioma e nos produtos culturais de massa". Porém, em 2008, a crise financeira golpeou a predominância americana. A China, em metódica ascensão, passou a diminuir a vantagem dos EUA. O "America First" de Trump levou Washington a bater em retirada de diversos contextos internacionais e a oferecer a Pequim mais espaços para ocupar. E a tentativa troglodita de alterar o resultado da eleição presidencial sabotou também, de forma impiedosa, o poder da hegemonia americana.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzcovsky

# Coreia do Sul condena Japão a indenizar escravas sexuais

Cerca de 200 mil mulheres foram forçadas a se prostituir na Segunda Guerra

SEUL | AFP E REUTERS Uma decisão da Justiça da Coreia do Sul nesta sexta (8) condenou o Japão a indenizar 12 mulheres forçadas a servirem como escravas sexuais durante a Segunda Guerra. O julgamento sem precedentes atraiu críticas do governo japonês e ameaçou reacender as tensões diplomáticas entre os países. O Tribunal Distrital Central de Seul determinou que o Japão pague a cada uma das vítimas ou a seus familiares uma indenização de 100 milhões de won (R\$ 490 mil), segundo a agência sul-coreana Yonhap. "As denúncias foram submetidas a exploração sexual prolongada", diz a decisão judicial. "Foi um ato ilegal contra a humanidade, e o réu tem a obrigação de indenizar as vítimas pelos danos psicológicos", continua o texto. "Evidências materiais relevantes e testemunhos mostram que as vítimas sofreram dores físicas e mentais extremas e inimagináveis devido aos atos ilegais dos acusados. Mas nenhuma compensação foi feita." O veredito destaca ainda

que o Japão era responsável pelo sistema de "mulheres de conforto" — termo usado pelas autoridades japonesas para se referir às mais de 200 mil meninas e mulheres forçadas a se prostituírem em bordéis militares durante a Segunda Guerra. Tóquio ocupou militarmente a Coreia do Sul entre 1910 e 1945, transformando o país em sua colônia. De acordo com historiadores, a maior parte das vítimas veio da Coreia do Sul, mas também há registros de mulheres vindas de outros locais da Ásia, como China, Filipinas e Taiwan. Segundo a ONG Anistia Internacional, o Japão foi alvo de cerca de dez processos semelhantes nos últimos 30 anos, mas nenhum deles chegou a condenações contra Tóquio. Entre as sul-coreanas, são conhecidas apenas 16 sobreviventes do período. A decisão desta sexta é decorrente de um processo iniciado em 2013 por 12 mulheres — 7 das quais morreram antes que a Justiça decidisse a seu favor, e agora seus familiares é

que podem ser indenizados. Se depender do Japão, não haverá indenização ou reparação histórica. "Nosso país nunca aceitará essa decisão", disse o premiê Yoshihide Suga, depois de afirmar que Seul "deveria abandonar essa ação" e que "a questão das mulheres de conforto já está resolvida, completa e definitivamente". Outras autoridades de Tóquio também condenaram a decisão da Justiça sul-coreana. O chefe de gabinete de Suga, Katsunobu Kato, classificou o veredito como "inaceitável" e pediu que Seul tome "medidas apropriadas", mas anunciou que o país não vai recorrer da decisão. O vice-ministro das Relações Exteriores, Takeo Akiba, convocou o embaixador da Coreia do Sul em Tóquio, Nam Gwanpyo, para apresentar um "protesto extremamente forte". O diplomata, por sua vez, disse que vai se esforçar para evitar que a decisão tenha um "impacto indesejável" nas relações entre os dois países. "Enfatizei que era mais importante que ambos os la-

“Elas disseram que nunca será suficiente, mesmo que o Japão pague dezenas de vezes mais, mas não dão muita importância à compensação financeira. Só querem que o Japão se desculpe”

Kim Dae-wol representante da House of Sharing, organização que apoia e abriga algumas das sobreviventes dos abusos sexuais

dos respondessem de maneira calma e contida para resolver a questão", disse Nam durante uma entrevista coletiva nesta sexta-feira. A relutância de Tóquio em acatar a decisão é baseada no argumento de que o tema já foi resolvido em 1965, após um tratado para normalizar as relações entre Japão e Coreia do Sul. Cinquenta anos depois, em 2015, os países fizeram novo acordo em que concordaram em encerrar "irreversivelmente" a disputa. Na ocasião, Tóquio emitiu um pedido oficial de desculpas e enviou 1 bilhão de ienes (R\$ 51,5 milhões) a Seul para um fundo de apoio às mulheres vítimas de exploração sexual. O juiz Kim Jeong-gon, entretanto, considerou que os tratados não anulam os direitos das vítimas de buscarem indenizações do Japão pelas dificuldades a que foram submetidas. O magistrado ainda determinou que a imunidade estatal, um conceito jurídico que permite que um Estado seja imune a processos civis em tribunais estrangeiros, não pode ser aplicada neste caso. Segundo Kim, mesmo que fossem um ato em defesa da soberania, os crimes foram cometidos "contra cidadãos da península coreana ilegalmente ocupada pelo Japão". "Foi um crime contra a humanidade cometido de forma sistemática, deliberada e extensiva, em violação de normas internacionais."

O tópico tornou-se um novo elemento nas relações já complicadas entre os países, que herdaram a tensão do período em que a península coreana era colônia japonesa. Quando o atual presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, chegou ao poder, em 2017, com um discurso comprometido com questões de direitos humanos, ele anulou o acordo de dois anos antes sob o argumento de que as vítimas não participaram das negociações e passou a cobrar um novo posicionamento do Japão, que nunca assumiu responsabilidade legal sobre o tema. O advogado das 12 vítimas, Kim Kang-won, disse ter ficado "profundamente comovido" com o veredito do tribunal, por a decisão desta sexta-feira finalmente reconhecer que o governo japonês é responsável pela atrocidade. Representante da House of Sharing, uma organização que apoia e abriga algumas das sobreviventes dos abusos sexuais, Kim Dae-wol disse que duas das cinco vítimas que moram lá estavam saudáveis o suficiente para acompanhar o julgamento remotamente e comemorar a decisão. "Elas disseram que nunca será suficiente, mesmo que o Japão pague dezenas de vezes mais, mas não dão muita importância à compensação financeira", disse. "Só querem que o Japão se desculpe e permita que seu povo saiba [o que aconteceu], para que esses crimes de guerra não se repitam."



## LONDRES DECLARA 'INCIDENTE GRAVE' POR ALTA DE CASOS DE COVID

A cidade de Londres declarou nesta sexta (8) a ocorrência de um "incidente grave", designação que pode ser comparada à de estado de emergência, devido à alta da ocupação de hospitais com pacientes de Covid-19 na cidade. Ela é adotada em casos de acidentes graves, ataques terroristas ou outras situações que podem trazer grande perigo aos moradores da capital inglesa. O prefeito Sadiq Khan disse que Londres deve ficar sem vagas de UTI nas próximas semanas. Ele também afirmou que, em algumas partes da cidade, 1 em cada 20 moradores já teve Covid e que os serviços de ambulância não estão dando conta de atender cerca de 9.000 chamados por dia. O Reino Unido tem registrado recordes de mortes devido à doença. Nesta sexta, foram contabilizados 1.325 óbitos. A declaração de incidente grave não dá poderes extras à prefeitura, mas abre caminho para que haja maior apoio do governo nacional. A última vez que Londres utilizou essa designação foi no incêndio em Grenfell Tower, em 2017, que matou 72 pessoas. Reuters